

Faltou Dizer



Aloysio Biondi

O Congresso versus os outros 'marajás'

A toque de caixa, líderes empresariais articulam um pacto de emergência para evitar a hiperinflação e garantir, assim, a realização de eleições no País. Entre suas propostas, uma é fundamental: o Congresso deve aprovar uma lei, desde já, proibindo que o futuro Presidente da República dê o calote em credores do Governo, ou, mais especificamente, nos compradores dos títulos do Tesouro (BTNs ou Letras Financeiras do Tesouro).

A proposta dos empresários tem razão de ser: nos últimos meses, analistas pessimistas afirmam, constantemente, que a dívida do Governo está crescendo rápido demais (não está) e que o futuro Presidente pode, de repente, decretar uma moratória interna, isto é, suspender a recompra dos títulos (na data de seu resgate) por tempo indeterminado, ou mesmo pagar apenas parte do preço que eles valem. Com esse temor no ar, prevê-se que os compradores (basicamente, grandes empresas e instituições financeiras) tenderiam a fugir daqueles títulos, que "encalhariam", forçando o Governo a emitir dinheiro maciçamente para cobrir suas despesas, o que faria a inflação explodir.

Melhor, portanto, para evitar essa situação crítica, que o Congresso já proíba tentativas de calote em relação à dívida interna do Tesouro, apontam os empresários. A iniciativa é interessante, protege bem os interesses de aplicadores no mercado financeiro, instituições e grandes empresas. Agora, ficou faltando que essa iniciativa seja repetida pelo Congresso em outras áreas,

proibindo-se também "calotes" que beneficiam determinados setores, e acabam sendo pagos por toda a sociedade, isto é, por todos nós.

A sociedade brasileira vive irritadíssima com os "marajás" do funcionalismo público, e ainda não se deu conta de que decisões de prefeitos, governadores, ministros, presidentes transferem fortunas para as mãos e os cofres de determinados grupos, criando outros "marajás", estes sim, nababos, perto dos quais os equivalentes no funcionalismo não passam de mendigos.

Eis algumas decisões que o Congresso deveria adotar para impedir que poucos continem se locupletando, às custas de todos:

Impostos perdoados — Hoje, governadores, prefeitos e ministros têm o poder de perdoar impostos sonegados. Periodicamente, surgem as tais anistias, como perdão de parte dos impostos, ou multas, ou juros, devidos há anos e anos. Uma aberração, sob todos os pontos de vista. Beneficia-se o sonegador (que, no caso de empresas, passa inclusive a gozar de vantagem em relação às concorrentes, chegando a oferecer preços mais baixos para conquistar o mercado, graças à sonegação sistemática). O sonegador se enriquece, enquanto o poder público alega não dispor de recursos para atender sequer a necessidades básicas da população. O perdão de impostos, de contribuições à Previdência e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço não recolhidos deveria ser proibido pelo Congresso, para que os caloteiros não virem "marajás".